



Projecto de acesso à energia nas zonas peri-urbanas nas cidades de Maputo e Pemba

Ficha técnica

Financiamento	Agência Francesa de Desenvolvimento
Beneficiário	República de Moçambique
Montante do empréstimo	20 M €
Data de aprovação	4 de Novembro de 2009
Data de assinatura da convenção	12 de Março de 2010

Objectivos

O projecto visa a melhoria da qualidade de vida das populações e a redução das desigualdades nos bairros peri-urbanos das cidades de Maputo e de Pemba (Província de Cabo Delgado), através de um acesso alargado à uma energia de qualidade nessas zonas com forte densidade demográfica. O projecto ambiciona igualmente apoiar o desenvolvimento do sector energético através da prestação de assistência técnica à companhia nacional de electricidade - EDM (Electricidade de Moçambique).

Conteúdo do projecto

O financiamento da AFD, de um montante de 20M€, inscreve-se no quadro de um programa nacional de acesso à energia elaborado pelo Governo moçambicano - programa NEDAP ("National Energy Sector Development and Access Program"). De um montante total de 219 M\$, este programa cobre o conjunto do sector (acesso à energia as zonas urbanas, periurbanas e rurais, desenvolvimento de energias renováveis, reforço das capacidades dos actores do sector), em cinco províncias do país e beneficia de financiamentos de vários financiadores (a AFD, o Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimento, o OFID e fundos árabes) que concordaram em coordenar e harmonizar as suas contribuições.

O empréstimo concedido pela AFD marca a retomada dos empréstimos franceses a favor do Estado moçambicano [\[1\]](#) e é mais especificamente consagrado à duas vertentes:

- (i) uma vertente "electrificação" nas zonas peri-urbanas de Maputo e de Pemba, que permitirá a extensão da rede de distribuição e a conexão de cerca de 47.000 novos consumidores;
- (ii) uma vertente "reforço de capacidades" da EDM, nomeadamente em matéria de planificação, através da formação dos técnicos da empresa, da actualização do plano de desenvolvimento da

rede e da realização de um estudo de viabilidade para um projecto prioritário de desenvolvimento de novas capacidades de produção energética.

Plano de financiamento

A realização do projecto tem um prazo de 5 anos. O plano de financiamento estabelece-se como segue:

Financiamentos	Montantes em milhões de dollars
Empréstimo AFD	27,0
Empréstimo do Banco Mundial	80,0
Empréstimo do BEI	46,8
Empréstimo do OFID e dos Fundos Árabes	38,0
Contribuição do Governo de Moçambique	27,3
TOTAL	219,1

Se o programa NEDAP for estruturado em torno de financiamentos paralelos, os diferentes financiadores concordarão em harmonizar e coordenar sistematicamente as suas actividades, a fim de facilitar a implementação do projecto e limitar os custos de transacção para as instituições públicas moçambicanas encarregues da execução do projecto. Um Memorando de Entendimento será assinado entre os financiadores para estruturar essa coordenação.

Efeitos esperados

Os efeitos positivos esperados do projecto são numerosos, tanto a nível económico, social, ambiental como institucional.

O programa no seu conjunto permitirá melhorar e aumentar o acesso à energia para as populações desfavorecidas em zona peri-urbana, devendo abranger no final cerca de 300.000 beneficiários. O projecto deverá assim permitir melhorar as condições de vida dessas populações e facilitar o desenvolvimento de actividades económicas, criando empregos.

O projecto permitirá além disso diminuir o consumo de carvão de madeira ou de energias fósseis pelos habitantes em zonas peri-urbanas, energias nefastas para o ambiente assim como para a saúde das populações.

Por último, o projecto permitirá reforçar as capacidades da empresa pública EDM na definição das suas estratégias e prioridades, num país e numa região onde a problemática energética torna-se cada vez mais importante.

[1] Para além da sua forte concessionalidade, este tipo de empréstimo apresenta uma característica inovadora jamais experimentada em Moçambique: a contra-ciclicidade. Esta última permite adaptar o reembolso do empréstimo no contexto macroeconómico oferecendo a possibilidade ao Estado de adiar os prazos do reembolso da dívida no caso de choque externo.